

Áreas 'intocáveis' sofrerão cortes

■ Para especialista em contas públicas, superávit de 3% do PIB acertado com FMI só será atingido se ajuste adicional for "ousado"

VIVIAN OSWALD

BRASÍLIA – O governo vai ter que inovar e ousar para poder cumprir a meta definida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de superávit primário entre 3% e 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, diz o economista e especialista em contas públicas Raul Velloso. Mas ele lembra que não vai ser fácil para o governo federal promover cortes adicionais dessa ordem. Em sua opinião, o governo vai ter que mexer em alguns itens considerados intocáveis até então. Isso porque a margem de manobra no orçamento é muito pequena, já que 88% dos recursos gastos no ano passado estavam comprometidos com folha de pagamento, previdência, saúde e seguro-desemprego, itens em que o governo não pode mexer.

Outro agravante, segundo Velloso, é que os benefícios previdenciários são indexados à inflação. Essa é uma das principais razões que podem levar o governo a pensar duas vezes antes de deixar de lado o item, já que muitos economistas concordam que a inflação deve ficar em cerca de 10% este ano. "Os benefícios sobem, e a receita não necessariamente", disse Velloso, lembrando

que este deve ter sido um dos pontos de debate entre equipe econômica e FMI.

Conta amarga – Em 1998, o total de despesas não financeiras do governo ficou em R\$ 142 bilhões, sendo que R\$ 53,8 bilhões representavam gastos com previdência. Já as despesas com programas ficaram em R\$ 41,7 bilhões, dos quais cerca de R\$ 20 bilhões foram destinados à saúde e R\$ 5 bilhões ao seguro-desemprego.

Desde o anúncio da nova meta, governo e FMI passaram a semana discutindo onde poderiam ser feitos novos cortes nas contas públicas brasileiras. A nova meta representa um esforço fiscal adicional entre R\$ 3,6 bilhões e R\$ 8,1 bilhões. Para Velloso, o que sobra para o governo realizar os novos cortes é muito pouco. São cerca de 10% do orçamento total subdivididos em milhares de pequenos itens que não sofreram elevações nos últimos dois anos. O programa Brasil em Ação pode ser um dos alvos da caneta do governo, como aconteceu no ano passado, quando foi anunciado o programa de estabilidade fiscal.

Em entrevista na última sexta-feira, o secretário de Política Econômica, Amaury Bier, afirmou que os cortes

aconteceriam principalmente no governo federal e nas empresas estatais. O secretário-executivo do Ministério do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, afirmou que o novo esforço fiscal teria que ser dividido entre as três esferas do governo.

Estados poupados – A equipe econômica já avisou, no entanto, que não pretende elevar a meta de superávit primário dos estados, que deve permanecer em 0,4% do PIB, conforme acertado no final do ano passado. Isso quer dizer que a parte dos estados no esforço adicional estará vinculada à redução de suas folhas de pagamento, além de privatização e cortes de despesas de custeio e de investimentos.

Na semana passada, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, afirmou que se os estados cumprirem os contratos de renegociação de suas dívidas, isto é, pagarem o que devem à União, já será suficiente. Para o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, o governo tem muito pouco a fazer em relação aos estados, a não ser resistir às investidas daqueles que não estão contentes com o que devem pagar.

Mailson da Nóbrega acredita que o governo, hoje, tem uma limitação que é a reação da sociedade e da clas-

se política a novos aumentos de impostos. Segundo ele, a parte que cabe ao governo federal do Imposto de Renda é de 43%, sendo que 34% para estados e municípios e 3% para fundos regionais. Já do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ficam com a União apenas 33%, porque 54% vão para estados e municípios, 3% para fundos regionais e 18% para educação.

O peso dos impostos – Isso quer dizer que a elevação de impostos dessa natureza, além de irritar a sociedade, não traz grandes benefícios para o cofre do governo. "Eu não queria estar na pele deles", brincou Mailson.

Nas reuniões que aconteceram nas últimas semanas entre FMI e governo brasileiro, a questão dos cortes foi um dos carros-chefe. O Brasil precisa mostrar ao Fundo, na ponta do lápis, onde ainda há espaços para cortes adicionais e como a nova meta será obtida. A maior preocupação do FMI com essa questão se deve, principalmente, às duras críticas que o Fundo vem recebendo nos últimos meses por planos de ajuda financeira frustrados para países do Sudeste Asiático. Por isso, é fundamental para a cúpula do FMI saber exatamente como ficará cada detalhe, sob pena de sofrer as consequências de um novo fracasso.